

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.
A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular - GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas profissionais de veículos de aluguel.
Finalmente, a CEBGAS agradece aos seus clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e à população do Distrito Federal, pela confiança depositada em sua gestão, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso irredutível de continuar prestando os serviços de distribuição de gás natural com qualidade, confiabilidade, ética e transparência nos negócios.

2. PERFIL DA COMPANHIA

A **COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS**, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital n.º 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.
A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal, que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-

chave na busca do desenvolvimento sustentável, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional - que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

3. NEGÓCIOS DA COMPANHIA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL

As questões atreladas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser aprofundadas e discutidas em profundidade, em 2016, com os agentes do setor no país, pela mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS.

3.1 SUPRIMENTO POR GÁS NATURAL LIQUEFEITO - GNL

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia - SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito - GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslacados, como a Gasolina C e o Etanol, além do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (Gás de Cozinha) e, ainda, do Óleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

3.2 SUPRIMENTO POR GASODUTO DE TRANSPORTE

A CEBGAS continuou em 2016 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, cuja Licença de Instalação - LI foi emitida pelo IBAMA em novembro de 2013. Este Projeto tem o objetivo

de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia - Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.
Além do Gasoduto do Brasil Central, a CEBGAS vem acompanhando o desenvolvimento das prospecções de Gás Natural que estão sendo realizadas na Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais.

Essas são alternativas importantes para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitarão o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

4. ALTERNATIVA DE SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL

Com vistas à utilização de combustíveis alternativos ao gás natural liquefeito, a CEBGAS vem acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil. O fórum de discussão é a Agência Nacional do Petróleo - ANP, que emitirá resolução definindo as características e uso do gás, cuja origem não é fóssil, mas sim das atividades agropecuárias e do tratamento dos resíduos sólidos e líquidos gerados nas cidades, já existem trabalhos em andamento, como alternativa para o uso do Biometano na geração de energia.

Brasília, 21 de fevereiro de 2017.

Elias Brito Júnior
Diretor Presidente

André Gustavo Lins de Macedo
Diretor Administrativo e Financeiro

sé Rogério da Silva Santos
Diretor Técnico e Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015	
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	634	250		
Contas a receber	5 e 15	113	109		
Estoques	6	9	103		
Impostos a recuperar	7	12	6		
Total dos ativos circulantes		768	468		
NÃO CIRCULANTES					
Realizável a longo prazo:					
Impostos a recuperar	7	49	45		
Imobilizado	8	5	4		
Diferido	9	319	581		
Intangível	10	111	119		
Total dos ativos não circulantes		484	749		
TOTAL DOS ATIVOS		1.252	1.217		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015	
CIRCULANTES					
Fornecedores	11	200	201		
Salários, provisões e contribuições sociais		24	21		
Impostos a recolher	12	44	45		
Outras obrigações a pagar		5	7		
Total dos passivos circulantes		273	274		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13	5.100	4.921		
Prejuízos acumulados		(4.442)	(3.978)		
Total do patrimônio líquido		658	943		
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	321	-		
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		979	943		
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.252	1.217		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

RECEITA LÍQUIDA	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015	
RECEITA LÍQUIDA	14	3.679	4.375		
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	16	(3.469)	(4.004)		
LUCRO BRUTO		210	371		
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	16	(689)	(820)		
Remuneração de administradores	16	(22)	(30)		
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(501)	(479)		
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	17	37	36		
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(464)	(443)		
Prejuízo por ação - em Reais		(2,58)	(2,46)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	31/12/2016		31/12/2015	
Outros resultados abrangentes		(464)		(443)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(464)		(443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015	
Prejuízo do exercício		(464)	(443)		
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	16	275	274		
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber	(4)	50			
Estoques	94	(11)			
Impostos a recuperar	(10)	(10)			
(Redução) aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores	(1)	(10)			
Salários, provisões e contribuições sociais	3	(1)			
Impostos a recolher	(1)	9			
Outras obrigações a pagar	(2)	-			
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(110)	(142)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	8	(6)	-		
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(6)	-		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	13	179	-		
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	321	-		
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		500	-		
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		384	(142)		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	4	250	392		
No fim do exercício	4	634	250		
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		384	(142)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	
Prejuízo do exercício		4.921	(3.535)	1.386	-		1.386
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		4.921	(3.978)	943	-		943
Aumento de capital		179	-	179	-		179
Prejuízo do exercício		-	(464)	(464)	-		(464)
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	-	-	321		321
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		5.100	(4.442)	658	321		979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

3.2. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

3.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas a taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhuma benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Diferido

De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008. A Companhia está, desde o início das suas operações, amortizando o saldo do diferido em dez anos, pelo método linear.

3.5. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CFC, por meio das Resoluções nº 1.003/10, nº 1.261/09 e nº 1.318/10, que aprovaram, respectivamente, o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, a interpretação técnica ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão e orientação técnica OCP 05 - Contratos de Concessão. Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 da orientação técnica OCP 05 - Contratos de Concessão.

3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerem o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.

3.7. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:

a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

b) Não circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.8. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	27	58
Aplicações financeiras	607	192
Total	634	250

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Petrobras Distribuidora S.A.	113	109
A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.		

6. ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Gás natural liquefeito - GNL	9	103

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF a compensar	61	51
Total	61	51
Circulante	12	6
Não circulante	49	45
Total	61	51

Em 2016 os acionistas aportaram R\$ 500 na Companhia, sendo R\$ 179 para integralização de capital até o limite autorizado de R\$5.100 e o restante, no valor de R\$ 321, registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
- O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício:
 - 5% para a constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social.
 - E assegurada aos acionistas a percepção de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
- A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver.
- A Companhia poderá declarar dividendos intermediários à rubrica "Lucros acumulados" ou "Reservas de lucros" existentes no último balanço anual ou semestral, por proposta da Diretoria e deliberação do Conselho de Administração.

14. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas	4.797	5.421



COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS

CNPJ 04.363.670/0001-23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais– R\$)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	37	36

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia

equivalentem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2017, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

DIRETORIA			CONTADORA	
ELIAS BRITO JUNIOR Diretor Presidente	ANDRE GUSTAVO LINS DE MACÊDO Diretor Administrativo e Financeiro	JOSÉ ROGERIO DA SILVA SANTOS Diretor Técnico e Comercial	LEURÍDIA ALEIXO DA SILVA CRC 018356/O2-PE	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ari Joaquim da Silva	Domingos José de Oliveira	José Carlos de Salles Garcez	Raphael Ehlers dos Santos	Thiago Cavalcante Santos
-----------------------------	----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------	---------------------------------

CONSELHO FISCAL

Otto Marques de Faria Ribeiro	Fabio Moreira Amorim	Edmond Fernando Santiago
--------------------------------------	-----------------------------	---------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016, onde é apresentado o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 1.252 mil

(um milhão duzentos e cinquenta e dois mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 464 mil (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais). Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da *Deloitte Brasil* Auditores Independentes Ltda, datado de 16 de fevereiro de 2017,

o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS. Brasília, 15 de março de 2017.

Edmond Fernando Santiago **Otto Marques de Faria Ribeiro**
Fabio Moreira Amorim

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que, atualmente, a operação da Companhia é limitada. Para que sua operação seja similar às de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto encontra-se em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas deverão os recursos necessários para a manutenção da operação.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de fevereiro de 2017

Deloitte.

DELOITTE BRASIL Auditores Independentes Ltda

Ruti Amaral Ramos Bomfim

Contadora

CRC – 1RJ nº 048.044/O-8